Brasil 2025: Desafios e Caminhos para o Movimento Socioambiental

Os desafios que se colocam para o movimento socioambiental brasileiro em 2025 são, em última instância, desafios civilizatórios. A crise ambiental brasileira é um reflexo das contradições de um sistema global que explora a natureza e as pessoas de maneira insustentável.

Adilson Vieira e Pedro Ivo Batista.

Os desafios enfrentados pelo movimento socioambiental brasileiro em 2025 são profundos e urgentes, refletindo as tensões entre os imperativos do capital e a defesa da vida em suas múltiplas formas. Em meio a crises ambientais cada vez mais severas, o Brasil encontra-se no centro das contradições globais, onde a luta pela preservação da natureza e pela justiça social se entrelaçam de maneira indissociável. Este momento histórico exige do movimento socioambiental não apenas resistência, mas uma visão transformadora que possa apontar para um novo horizonte civilizatório.

O desmatamento da Amazônia continua a ser um dos problemas mais alarmantes, mas agora seu impacto revela novas facetas. O avanço da destruição florestal contribuiu para um fenômeno que há poucos anos seria considerado impensável: a seca na maior floresta tropical do mundo. A diminuição do ciclo hidrológico, resultado do desmatamento e das mudanças climáticas, ameaça não apenas os ecossistemas locais, mas também as populações indígenas, ribeirinhas e urbanas que dependem da floresta para sua sobrevivência. A Amazônia, transformada em um território de saque, revela a falência de um modelo de desenvolvimento baseado

na extração e na mercantilização da natureza. Para o movimento socioambiental, a defesa da floresta implica não apenas lutar contra o desmatamento, mas propor alternativas radicais que rompam com a lógica capitalista e fortaleçam os modos de vida sustentáveis já praticados pelos povos da floresta.

A crise hídrica, entretanto, não se limita à Amazônia. No semiárido nordestino, a escassez de água se agrava em função da intensificação dos períodos de seca, enquanto as populações locais enfrentam a negligência do poder público e os interesses predatórios de grandes corporações que disputam os recursos hídricos.

A luta pela água, seja na Amazônia ou no semiárido, é uma luta pela democratização do acesso a um bem comum essencial, profundamente vinculado à justiça social e à soberania dos povos. O movimento socioambiental encontra aqui um desafio central: construir uma aliança entre diferentes territórios e comunidades que sofrem, de maneira diversa, os impactos da crise ambiental, articulando suas reivindicações em torno de uma visão de mundo que privilegie a vida e a solidariedade.

A devastação ambiental e as mudanças climáticas agravam também os conflitos urbanos, onde a desigualdade social é amplificada pelos desastres provocados por enchentes, deslizamentos de terra e ondas de calor que afetam principalmente as populações mais pobres. A periferia das grandes cidades brasileiras é um espaço de resistência e criação, mas também um território onde os efeitos da degradação ambiental se manifestam de forma mais brutal. O movimento socioambiental brasileiro, nesse contexto, é chamado a dialogar com as pautas urbanas, articulando demandas por transporte público de qualidade, saneamento básico e habitação digna com uma crítica estrutural ao modelo de urbanização predatório que expulsa os mais pobres para áreas de risco.

Um desafio ainda mais profundo está na relação entre o movimento socioambiental e a questão da desigualdade. Não há como enfrentar a crise ambiental sem enfrentar as estruturas de opressão que perpetuam a exploração dos trabalhadores e a exclusão das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. A luta socioambiental, portanto, não pode se limitar à preservação dos recursos naturais. Ela precisa ser uma luta pela transformação radical das relações sociais, pela

construção de um modelo que supere as desigualdades e que reconheça os direitos dos povos à autodeterminação. É aqui que a perspectiva ecosocialista ganha força, apontando para a necessidade de romper com a lógica produtivista e de criar uma economia que se baseie na cooperação e na sustentabilidade.

O movimento socioambiental brasileiro em 2025 enfrenta também o desafio da participação política. Em um cenário de crescente concentração de poder nas mãos de poucos, a resistência exige a construção de formas de organização democrática que articulem comunidades locais, movimentos populares e intelectuais críticos. É preciso criar espaços de debate e ação onde as vozes marginalizadas sejam ouvidas e respeitadas, e onde se possa imaginar coletivamente as alternativas ao sistema vigente. A luta pela soberania popular, pela democratização do acesso à terra e pela proteção dos bens comuns precisa estar no centro de qualquer projeto que se proponha a enfrentar a crise ambiental de maneira efetiva.

Os desafios que se colocam para o movimento socioambiental brasileiro em 2025 são, em última instância, desafios civilizatórios. A crise ambiental brasileira é um reflexo das contradições de um sistema global que explora a natureza e as pessoas de maneira insustentável. O que está em jogo é a possibilidade de reverter essa lógica destrutiva e construir um futuro em que as relações entre humanidade e natureza sejam de respeito e reciprocidade. O caminho para isso passa pela ação coletiva, pela solidariedade internacionalista e pela imaginação de um mundo que ainda não existe, mas que precisa ser urgentemente criado.

Adilson Vieira. Sociólogo, Membro do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico e Membro da coordenação colegiada da Associação Alternativa Terrazul. É membro da Coordenação Nacional do FBOMS.

Pedro Ivo Batista. Membro da Coordenação colegiada do FBOMS e Presidente da Associação Alternativa Terrazul e Conselheiro do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.